

HISTÓRIA, SUJEITO, ENUNCIÇÃO

EDUARDO GUIMARÃES
(UNICAMP)

Um domínio específico de conhecimento, retomo aqui, por exemplo, o que diz Dominique Lecourt (1978) em *Pour une Critique de L'Épistémologie*, constitui-se, para mim, historicamente. O que quero dizer com isso é que os fatos que uma teoria busca explicar são constituídos pela teoria enquanto fatos que a história do campo específico recortou como coisa a conhecer para a teoria. Ao contrário do que pretendia, por exemplo Katz (1972) em *Semantic Theory*, um domínio específico de conhecimento não é definido por uma positividade. Para tomar o exemplo da semântica, noções como sinonímia, paráfrase, pressuposição, etc, não interessam, por si, como evidências que caracterizam um conjunto de fatos que definem o que uma semântica deve procurar explicar. Estes fatos são fatos para a semântica na medida em que foram construídos por uma história dos estudos sobre a linguagem. Fazer história da ciência não é só contá-la, mas é, fundamentalmente, encontrar sua própria construção, a própria construção do saber.

Tomemos o que se costuma chamar de pressuposto nos estudos da significação. O pressuposto é um fato para uma disciplina semântica não porque os fenômenos de linguagem têm uma evidência empírica tal que se impõem como dado para uma disciplina qualquer, mas porque a reflexão sobre a significação na linguagem constituiu a pressuposição como um fato a ser estudado. Fato que uma posição teórica específica transforma em fato para a teoria, segundo a teoria.

Retornemos aqui a Frege, cujo conceito de pressuposição faz parte das filiações de muitas posições da semântica atual. Sabemos que o texto “Sobre Sentido e Referência” (Frege, 1892) colocou-se como questão a ser tratada o problema da identidade. Ao enfrentar esta questão, Frege distinguiu sentido de referência e chegou ao conceito de pressuposto para garantir a referência de proposições como “Aquele que descobriu que a órbita dos planetas é elíptica morreu na miséria”. Ou seja, não foi uma positividade que impôs o fato da pressuposição como fato a ser explicado, mas foi uma exigência derivada de sua distinção que o levou a considerar “X descobriu que a órbita dos planetas é elíptica” como pressuposto, ou seja, nos seus termos, como algo que não faz parte da proposição. Frege, com o conceito de pressuposto, exclui do enunciado algo que nele significa.

Lembremos, ainda, que a semântica argumentativa, para usar a denominação brasileira para esta semântica, constitui seu conceito de pressuposição no interior de

suas relações com a lógica (Frege, evidentemente) e a filosofia da linguagem. É constitutivo do modo de construir este conceito em *Dire et ne pas Dire* (Ducrot, 1972) o capítulo “A Noção de Pressuposição: Apresentação Histórica”, que, segundo penso, não é só uma história, como relato, das várias acepções do que seja pressuposto. Diria, por mim, que este capítulo constitui, no interior mesmo da obra, o campo dos fatos a explicar, no caso, o que é pressuposto como fato a ser estudado.

Com esta tomada de posição quero dizer que o campo de questões de uma disciplina científica é historicamente construído. Ou seja, um fato não é uma matéria do mundo, é uma materialidade histórica. Diria que é assim, inclusive, para as chamadas ciências experimentais.

É com esta posição que procurarei refletir sobre o debate específico brasileiro de constituição dos estudos enunciativos. Debate do qual participou claramente o pensamento do Prof. Ducrot e no qual acabei por desenvolver uma concepção de sentido e de enunciação. Refletir sobre este debate é refletir sobre o modo de constituição dos fatos a conhecer em semântica da enunciação de modo particular e em semântica de modo geral.

No Brasil o campo dos estudos linguísticos que inclui a questão do sujeito tem filiações fortes com o pensamento ducrotiano, ao lado das filiações ao pensamento de Benveniste e Jakobson, à análise de discurso, ao trabalho de Bakhtin, à pragmática e à filosofia da linguagem. Vou hoje aqui refletir sobre as relações deste debate teórico na forma como ele se deu no Brasil, nos últimos 20 anos. E assim procurar os objetos a conhecer que este debate constituiu.

1. Começamos pelas posições que apresentam uma concepção de sujeito de linguagem homogêneo e uno. Este é o caso, por um lado, de Benveniste e os trabalhos que vêm por esta linha; e, por outro, da pragmática, compreendendo aqui, principalmente, a lógica da conversação do tipo griceano (Grice, 1967) e a teoria dos atos de fala que teve no Brasil, fundamentalmente, uma formulação a partir da leitura searleana (Searle, 1969).

Uma leitura não searleana do trabalho de Austin (1962), pode ser encontrada em trabalhos mais recentes como, por exemplo, “O lugar da Ideologia no Pensamento de J. L. Austin: uma Sondagem Preliminar” (Rajagopalan, 1992). Entre outras coisas o autor considera que o modo de Austin refazer sempre suas análises leva a se poder dizer que o que lhe interessava era o movimento, o devir. E neste ponto ressalta que isto não pode levar a pensar o trabalho de Austin como caracterizado pela dialética hegeliana. O movimento do pensamento em Austin, não é, segundo Rajagopalan, para levar a um final, síntese, que soluciona a tensão entre tese e antítese. Este tipo de consideração nos faz pensar, cada vez mais, em distanciar o pensamento de Austin da Pragmática.

É preciso, também, distinguir as posições de Benveniste (1966) das posições da pragmática. Para Benveniste a constituição do sujeito, diferentemente da pragmática, é linguística. o *EGO* é quem diz “eu”. E dizer “eu” é, nos seus termos, apropriar-se da língua, é enunciar (Benveniste, 1974). Ao contrário disso o sujeito pragmático é o sujeito que tem intenções e, no momento da enunciação, as comunica por aquilo que diz (Grice, 1957).

No Brasil, no entanto, muitos trabalhos aproximaram, muitas vezes sem perceber as diferenças teóricas, o pensamento de Benveniste e a pragmática. Este tipo de aproximação se faz porque enganadamente se toma o que podemos chamar de dêiticos, por exemplo, como uma positividade que define, como objeto a conhecer, uma disciplina. Esta posição, de um lado, esquece que o conhecimento é teórico, e de outro reduz a enunciação ao ato de dizer algo numa situação empírica específica.

2. Diferentemente destas posições há os trabalhos de análise de discurso¹ que, tanto por considerar que o sujeito se constitui ideologicamente, quanto por considerar o sujeito afetado pelo inconsciente, trazem a questão da não-unidade e não-homogeneidade do sujeito (Orlandi, 1983, 1992 e Orlandi e Guimarães, 1988). Na medida em que este campo trata o sujeito como constituído pela atividade de linguagem, ele se aproxima, em certa medida, da posição de Benveniste. Mas se distancia, por outro lado, de Benveniste, na medida em que para este o sujeito é uno e homogêneo. A não consideração desta diferença, produziu no Brasil, em certos trabalhos, a aproximação, também sem ter em conta as diferenças teóricas envolvidas, de análises da subjetividade na língua a análises discursivas. As razões deste engano não seriam diferentes das que considere sobre a confusão entre a posição de Benveniste e a da pragmática.

A discussão da posição benvenistiana pela análise de discurso no Brasil já aparece em Orlandi (1979)². Neste texto, ao falar da posição de Benveniste, a autora diz: “A linguagem aparece, então, como a possibilidade da subjetividade e o discurso como provocando a emergência da subjetividade. É o locutor no exercício do discurso que se apropria das formas que a linguagem propõe e às quais ele refere a sua pessoa definindo-se a si mesmo (como eu) e ao parceiro (como tu). Nessa perspectiva o processo do *eu* é semântico, é histórico, enquanto o *tu* permanece no nível semiótico” (p. 98). E diz logo à frente: “Assim, o interlocutor, enquanto tal, é possibilidade estabelecida pelo semiótico e, quando se faz semântico, se faz locutor. É só nesse sentido que vemos um contato entre o semiótico e o semântico, mas que não se faz como passagem, e é dissimétrico. Nesse sentido, o quadro figurativo da enunciação - as duas figuras em posição de participantes que são *alternativamente protagonistas* da enunciação - aparece como cenário para que o *eu* represente seu papel. E a concepção dialética do eu-tu (indivíduo e sociedade) proposta por Benveniste (1966) em “Da subjetividade na Linguagem” desaparece: o que há é um *eu* que subsume um *tu*, pois este só se faz presente se se torna um *eu*” (p. 99). Esta crítica, ao mesmo tempo em que configura o pensamento de Benveniste como distinto da pragmática e da análise de discurso, indica como se dá a centralidade do *eu* em Benveniste. E a crítica à centralidade do sujeito é, também, uma crítica ao estatuto da alteridade que se atribui, muitas vezes, ao pensamento benvenistiano.

¹ Cito aqui, entre outros, “La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours” (Pêcheux, M. et outros, 1971) e *Discurso. Estrutura ou Acontecimento* (Pêcheux, 1983).

² Este texto faz parte de *A linguagem e seu Funcionamento*, publicado em 1983

3. Há, ainda, a presença do pensamento de Bakhtin, que também questiona a homogeneidade do sentido e do sujeito. Primeiro pela consideração da constituição ideológica do sentido do enunciado em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (Bakhtin, 1929)³, e depois pelo conceito de Polifonia (Bakhtin, 1963) e pela consideração do princípio da dialogia (1975).

O caráter social do sentido e do sujeito tratado em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, já se encontra, por exemplo, em “A Linguagem em Revista: a Mulher-fêmea” (Orlandi, 1977) e “O discurso da História para a Escola” (Orlandi, 1981)⁴, e, numa formulação diferente, por se dar no encontro de Ducrot, Peirce, Searle e Bakhtin, em “Linguagem, Língua e Poder” (Vogt, 1978) e “Por uma Pragmática das Representações” (Vogt, 1980)⁵.

Neste quadro o trabalho de Ducrot (1972, 1973, 1984) é de fundamental importância histórica. Sua semântica tem desde o início a consideração da enunciação na língua, na linha Benvenistiana e é uma das vias de introdução do conceito de Polifonia nos estudos sobre enunciação no Brasil. A posição de Ducrot se desenvolve numa direção que leva a se passar de um conceito pragmático de enunciação (a enunciação como o ato de o locutor dizer algo para o ouvinte), para um conceito de enunciação como acontecimento (a enunciação como o acontecimento histórico do aparecimento do enunciado). Esta passagem se faz para se poder, nos termos da semântica argumentativa, escapar da unicidade e onipotência do sujeito psicológico, pragmático. É neste momento que Ducrot recorre a Bakhtin (1963) e a Bally (1932), para construir o conceito de polifonia do enunciado.

Um dos traços definidores da linguística desenvolvida por Ducrot é sua clara definição estruturalista. Isto significa dizer que ele recusa, desde o plano teórico, a inclusão do psicológico no seu objeto.

Digo recusa do psicológico e não do sujeito porque o estruturalismo ducrotiano busca insistentemente a problemática do sujeito pela inclusão, na língua, da enunciação.

Retomo algumas de suas próprias formulações. Em “Estruturalismo e Enunciação” (Ducrot, 1977) dizia: “A semântica linguística deve ser estrutural” (p. 294), ao que acrescia em seguida: “o que fundamenta o estruturalismo em matéria de significação deve levar em conta a enunciação” (idem) Em “Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação encontramos: “La conception du sens sur laquelle je fonde mon travail n’est pas à proprement parler une hypothèse, susceptible d’être vérifiée ou falsifiée, mais résulte plutôt d’une décision que justifie uniquement le travail qu’elle rend possible. Elle revient à considérer le sens comme une description de l’énonciation. Ce que communique le sujet parlant au moyen de son énoncé, c’est une qualification de l’énonciation de cet énoncé” (p. 182).

Como se vê, não se trata de considerar o sujeito enquanto uma mente constituída que fala. O sujeito é pensado como linguagem.

É nesta medida que tenho defendido que, do meu ponto de vista, o trabalho de linha ducrotiana inclui-se no que chamo semântica da enunciação e não na pragmática.

³ Traduzido no Brasil em 1979.

⁴ Estes dois textos fazem parte de *A Linguagem e seu Funcionamento*, publicado em 1983.

⁵ Estes dois textos fazem parte de *Linguagem, Pragmática e Ideologia*, publicado em 1980.

4. Como se sabe, Bakhtin constrói um conceito de polifonia para compreender (no sentido bakhtiniano do termo) a materialidade histórica do romance de Dostoievski. Não esqueçamos aqui que o dialógico é a presença do outro na materialidade do dizer, mesmo que este dizer se apresente como não-polifônico⁶.

O conceito de polifonia inclui, em Bakhtin, como vimos, toda uma construção feita pela análise da obra de Dostoievski. Dizer que é polifônico é, então, tratar a não-unidade historicamente. A polifonia não é nem uma cisão psíquica (e muito menos psicológica), nem uma representação da situação de um acontecimento de linguagem. A polifonia não é a expressão de uma divisão psicológica ou situacional, é multiplicidade materialmente construída, é social.

No meu entender, a História não é, nesta perspectiva, sucessão, é convivência de tempos diferentes em um presente. A história trataria, nesta via, da simultaneidade constituída pela memória, pela memória concreta da sociedade.

O conceito de Polifonia de Bakhtin é um daqueles que ao serem apropriados pela linguística no Brasil, como de resto em qualquer lugar, discute, entre tantos outros, o campo dos estudos sobre a enunciação. Ou às vezes, por um procedimento de redução, é esvaziado para ser só um nome para qualquer tratamento das relações entre locutor e ouvinte, numa flagrante incompreensão do que Bakhtin chamou de interação ao se opor ao dialético⁷. Seria o caso de certas incorporações feitas pela pragmática que, quando toma o conceito, o incompreende exatamente por excluir do conceito sua materialidade histórica. E o incompreende por desconsiderar, inclusive, sua relação com o princípio dialógico. Toda psicologização da polifonia, ao lado de ser uma redução, para outro campo, do conceito, é uma forma de torná-lo inútil.

Quanto a Ducrot (1984), e aqueles que utilizam o conceito na via por ele aberta, pode-se ver que a noção inclui mais claramente a questão da multiplicidade (os diferentes locutores, a diversidade dos enunciadoreis). A Polifonia de Ducrot, no entanto, tem um lugar que representa a unidade: o locutor-L, que é a figura da enunciação que se representa como fonte do dizer. E isso é feito na linha do modo de análise de Bally.

Para Bally (1932) a enunciação comunica o pensamento. E numa enunciação tem-se o sujeito falante (o sujeito modal) e o sujeito do pensamento que se comunica. E um não coincide necessariamente com o outro. Ou seja, o sujeito do pensamento comunicado não coincide necessariamente com o sujeito modal. Assim em “Maria garantiu que voltará”, o sujeito modal, o *eu* que enuncia, é distinto do sujeito do pensamento comunicado pelo eu. O sujeito do pensamento é Maria. Assim o eu comunica um pensamento que não é seu. Está aí, então, a divisão do sujeito da enunciação. E esta divisão é tratada como própria da enunciação, do enunciado que se enuncia.

A consideração da polifonia como própria do enunciado, e não do texto como em Bakhtin, Ducrot busca, como se vê, em Bally.

⁶ Sobre Dialogia e Polifonia ver Barros e Fiorin (1994)

⁷ Sobre esta questão ver ANPOLL, 1996.

Aqui se poderia dizer que com o conceito de polifonia Ducrot transporta para seu quadro teórico, ao mesmo tempo, o conceito de dialogia, tratando-a como multiplicidade, coexistência. E a alteridade na enunciação é tratada a partir da multiplicidade de papéis de sujeito no enunciado. Enunciado cujo sentido é a representação de sua própria enunciação.

5. Assim, considerar, como considero, a enunciação como o acontecimento histórico de funcionamento da língua, mais especificamente, como o pôr-se a língua em funcionamento pelo interdiscurso (Guimarães, 1995) é reconhecer como algo a conhecer aquilo que o debate que acima caracterizei leva a constituir como objeto. Ou seja, o acontecimento de linguagem.

E faz parte da constituição deste objeto as questões que se caracterizam pelo próprio jogo das diferenças teóricas do campo de conhecimento recortado. No caso aqui tratado, faz parte da constituição deste objeto a discussão sobre o modo de caracterização do sujeito, seu caráter psicológico ou não, faz parte antes disso a discussão sobre a inclusão do sujeito no estudo da linguagem, já que, por exemplo, o corte estruturalista excluía, a partir de Saussure a questão do sujeito. Faz ainda parte o modo de constituir o conceito de sentido, como intenção, ou como ação, ou como enunciativo, ou marcado na língua, ou como histórico.

No interior deste debate, os fatos a considerar são resultado do conhecimento teórico ou pré-teórico produzido, recortado pela teoria específica. Os fatos são uma relação do conhecimento com o que o conhecimento construiu como “mundo/coisa” a conhecer. Nesta medida os fatos têm uma exterioridade relativamente à teoria construída pela história. E o conhecimento desta exterioridade se faz não como apreensão de uma evidência, mas como resultado do aparato teórico que fornece o que se pode dizer, como conhecimento, desta exterioridade.

Nesta medida o acontecimento de linguagem como objeto traz em si a necessidade de trazer para o estudo da linguagem o exterior à língua, que, na minha concepção de enunciação, diretamente afetada pela análise de discurso, é o interdiscurso. Este, ao fazer funcionar a língua, constitui o sujeito e o sentido.

Por esta via se pode continuar pensando a não-idade e não-homogeneidade do sujeito e do sentido como histórica. E também por ela se torna possível pensar as simultaneidades não como meras relações de oposição, mas como relações que significam e constituem todo dizer, não só a língua.

Considero, a partir de *As Formas do Silêncio* (Orlandi, 1992) que o silêncio, ao recortar o dizer (p. 55), funda o sentido (p. 70 e ss.). Deste modo é constitutivo do sentido o não-dito (p. 67). Nesta medida, a consideração que faço do interdiscurso e do processo pelo qual ele faz a língua funcionar procura, no interior do debate acima descrito, pensar o sentido do enunciado como constituído pelo acontecimento da enunciação, enquanto acontecimento histórico, o que tomei inicialmente a Ducrot e procurei modificar pela consideração de que o histórico é uma historicidade interdiscursiva. Esta modificação se faz para mim necessária para se poder considerar a enunciação como o funcionamento da língua afetada pela memória no acontecimento. E isto também permite, afastando-se da formulação de Ducrot, não considerar o sentido

como igual à representação que um enunciado faz de sua enunciação. Ou seja, é preciso pensar o sentido como diferente do dito (explícito e implícito). Caso contrário, retorna, de algum modo, segundo penso, uma certa concepção de transparência do sujeito e do dizer.

E assim, como o sentido é também memória discursiva (interdiscurso), a identidade do sujeito não é de sua própria autoria, e nem lhe é completamente acessível.

BIBLIOGRAFIA

- AUSTIN, J.L. 1962. *Quando Dizer É Fazer*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.
- BAKHTIN, M. 1929. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1979.
- _____. 1963. *La Poétique de Dostoievski*. Paris, Seuil, 1970.
- _____. 1975. *Questões de Literatura e de Estética. Teoria do Romance*. São Paulo, Hucitec Editora Unesp, 1988.
- BALLY, C. 1932. *Linguistique générale et linguistique française*. Francke Berne, 1965.
- BARROS, D. L. P. e FIORIN, J. L. 1994. *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade*. São Paulo, Edusp.
- BENVENISTE, E. 1966. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, Pontes, 1988.
- _____. 1974. "O Aparelho Formal da Enunciação". *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, Pontes, 1989.
- DUCROT, O. 1972. *Princípios de Semântica Linguística*. São Paulo, Cultrix, 1977
- _____. 1973 "As Escalas Argumentativas". *Provar e Dizer*. São Paulo, Global, 1981.
- _____. 1977. "Estruturalismo e Enunciação". *Princípios de Semântica Linguística*. São Paulo, Cultrix.
- _____. 1984. *O Dizer e o Dito*. Campinas, Pontes, 1987.
- FREGE, G. 1892. "Sobre o Sentido e a Referência". *Lógica e filosofia da Linguagem*. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1978.
- GRICE, H. P. 1957. "Meaning". In: Steinberg, E. e L. Jakobovits, *Semantics*. Cambridge University Press, 1974.
- _____. 1967. "Logic end Conversation". In: Cole, P. e J. Morgan, *Syntax and Semantics*, v. 3. New York, Academic Press, 1975.
- GUIMARÃES, E. 1995. *Os Limites do Sentido*. Campinas, Pontes.
- KATZ, J. 1972. *Semantic Theory*. New York, Harper e Row.
- LECOURT, D. 1978. *Pour une Critique de L'Épistémologie*. Paris, Maspero.
- ORLANDI, E. P. 1977. "A Linguagem em Revista: a Mulher-fêmea". *Sobre a Linguagem*. Uberaba, Fista.
- _____. 1979. "A Sociolinguística, a Teoria da Enunciação e a Análise de Discurso (Convenção e Linguagem)". *Sobre o Discurso*. Uberaba, Fista.
- _____. 1981. "O Discurso da História para a Escola". *Português: Estudos Linguísticos*. Uberaba, Fiube.
- _____. 1983. *A Linguagem e seu Funcionamento. As Formas do Discurso*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. 1992. *As Formas do Silêncio*. Campinas, Editora da Unicamp.
- ORLANDI, E. P. e GUIMARÃES, E. 1988. "Unidade e Dispersão: uma Questão do Texto e do Sujeito". *Cadernos Puc*, 31.

- PÊCHEUX, M. 1983. *Discurso. Estrutura ou Acontecimento*. Campinas, Pontes, 1990
- _____. 1971. "La Sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours". *Langages*, 24.
- RAJAGOPALAN, K. 1992. "O Lugar da Ideologia no Pensamento de J. L. Austin: uma Sondagem Preliminar". *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 22.
- SEARLE, J. 1969. *Os Actos de Fala*. Coimbra, Almedina, 1984.
- VOGT, C. 1978. "Linguagem, Língua e Poder". *Contexto*, 5.
- _____. 1980. "Por uma Pragmática das Representações". *Discurso*, 11.
- _____. 1980. *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. São Paulo, Hucitec.